



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680509 - SP (2021/0220949-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ANA PAULA DE HOLANDA
ADVOGADO : ANA PAULA DE HOLANDA - SP324851
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EURIPES CARLOS SOBRINHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EURIPES CARLOS SOBRINHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2129079-66.2021.8.26.0000).

O paciente o paciente foi preso em flagrante em 12 de março de 2021 pela suposta prática do crime previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal. Em audiência de custódia, foi concedida a liberdade provisória ao paciente, todavia, em 20/4/2021, após pleito do Ministério Público, foi decretada a prisão preventiva do paciente.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da denegação da ordem pela Corte de origem. Afirmar que o decreto de prisão não estaria devidamente fundamentado e que a integridade do paciente estaria em risco no cárcere, pois o réu é filho de policial militar.

No mais, afirma que o paciente teria bons antecedentes, além de ser réu primário, com residência fixa e que teria iniciado tratamento para dependência química quando estava em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou que seja concedida a liberdade provisória mediante condições.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente